

## DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL COMO LIBERDADE: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Cleber Gomes da Silva<sup>1</sup>

Alessandra Simone Oliveira Flor<sup>2</sup>

Marcia Monteiro<sup>3</sup>

Wagner Luiz Ramos Barbosa<sup>4</sup>

### INTRODUÇÃO

Este trabalho relata a análise das perspectivas das participantes do grupo Erva Vida, a partir da discussão de estratégias que contribuam para o processo de desenvolvimento local sustentável, alicerçando seu arcabouço teórico, na apropriação do conceito de *Instrumental Freedoms (IF<sup>3</sup>)* ou liberdades instrumentais, discutidas por Amartya Sen (2000).

A noção de liberdade traduz a livre expressão, os direitos civis e oportunidades de representação social. A liberdade política, por exemplo, propicia o ambiente favorável para obtenção das facilidades econômicas, ou seja, a possibilidade de utilizar recursos para produção, comercialização e consumo de bens e serviços, que podem existir nos projetos de geração de renda. Nesse aspecto, o cerne desse problema é o aperfeiçoamento da capacidade de planejamento e gestão para receber e aplicar esses recursos de maneira eficiente.

Além do desafio da geração de renda, o desenvolvimento se consolida por meio das oportunidades sociais, que representa a provisão de bem-estar e serviços públicos básicos e legais em educação, saúde, transporte, saneamento. Por outro lado, esse processo exige a garantia da *transparência* como outra importante liberdade. Essa liberdade instrumental caracteriza-se pela abertura das decisões nas escolhas de projetos e, de forma indireta, está relacionada à capacidade de participação em editais públicos e captação de recursos por meio da inscrição para seleção de projetos.

No que concerne à garantia de proteção social, o desenvolvimento como liberdade também inclui a diminuição da situação de miséria. Essa liberdade relaciona-se também aos problemas de segurança pública. Assim, o alcance dessa proteção pode ser manifestado na comunidade por meio do envolvimento das famílias em projetos de economia de caráter solidário.

Portanto, sob a concepção de liberdade (SEN, 2000) que orienta este trabalho, o desenvolvimento local sustentável é compreendido como um processo de transformação fundamentado em uma perspectiva endógena que resulta em seu embrião da ação efetiva dos grupos organizados locais e deve se realizar na capacidade estratégica desses grupos por meio de projetos, nos quais o papel das mulheres deve ser a centralidade.

O grupo pesquisado foi selecionado devido a uma ação de economia solidária, desenvolvida pelo grupo de pesquisa do laboratório de Etnofarmácia, do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA em cooperação com o Erva Vida, associação de mulheres do bairro Sossego, no distrito de Marudá, em Marapanim (PA). O Erva mobiliza mulheres

<sup>1</sup> Bacharelado em Turismo pela UFPA. Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - PP-GEDAM/Universidade Federal do Pará-UFPA. Doutorando em Geografia, vinculado à Universidade Federal do Pará - UFPA. É servidor da Secretaria de Estado de Turismo-SETUR, Docente da Faculdade Pan Amazônica. gestor.gov@hotmail.com

<sup>2</sup> Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2005). Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia- NUMA-UFPA (2014). Atualmente é professora de ensino básico técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. alessandraufpa@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Administração. Possui Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará - PPGEDAM/NUMA/UFPA. marjoan475@gmail.com

<sup>4</sup> Farmacêutico Industrial pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutorado em Ciências Naturais na Universidade de Bonn-Alemanha (1994). É Professor Titular na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal do Pará e Orientador nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - Mestrado - do Núcleo de Meio Ambiente e em Inovação Farmacêutica - Doutorado. barbosa@ufpa.br

na produção de remédios e outros produtos artesanais. Nesse caso, ressalta-se o fato desse grupo estar sediado em uma região turística onde uma das atividades produtivas principais da base produtiva é a pesca. Essa condição permitiu descrever como as pressões exógenas interferem na existência do grupo Erva Vida e como este reage no sentido de garantir sua permanência.

Segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Marapanim possui cerca de 27 mil habitantes, sendo que na praia de Marudá são pouco mais de 8 mil. Esse lócus trata-se de uma ilha localizada no litoral do município. É limitado ao norte pela Baía de Marapanim em direção ao Oceano Atlântico; a leste pela foz do Rio Marapanim; a oeste pelo Igarapé Marudá e ao sul pelo Igarapé Samaúma.

Conforme descreve Furtado (1978), o território possui uma zona de adaptação econômica de caráter pesqueiro que reflete procedimentos técnicos peculiares. Na zona praiana destaca-se, entre as outras atividades produtivas, a prática da pesca para consumo interno e comercialização no mercado interno. Além da pesca, a coleta de crustáceos e moluscos destinados ao consumo doméstico é uma atividade corriqueira dada a ocorrência natural desses animais. A pesca é praticada em moldes artesanais com redes em barcos à vela e currais. Na década de 1970, quando da realização do estudo de Furtado (1978), as habitações foram descritas como de madeira ou enchimento (barro), cobertas por telhas e algumas com palhas.

Como verificado em Monteiro (2011), o bairro do Sossego, local onde está situado o grupo Erva Vida é ocupado por cerca de 200 famílias, quase que exclusivamente compostas por pescadores, que habitam em casas próprias, de pequeno porte, algumas poucas ainda feitas de madeira extraída da vegetação de restinga, que nos últimos anos vem dando lugar para casas de madeira de lei ou alvenaria. As casas apresentam uma arquitetura variada, sobressaindo as dos turistas/veranistas.

Atualmente, a área estudada encontra-se em um cenário socioeconômico de pressões sobre as relações familiares e o padrão de consumo dos jovens, essa condição foi detidamente analisada no trabalho de Barbosa, Monteiro e Souza (2012). Especificamente, Monteiro (2011) relata a instalação de uma delegacia de polícia, em 1998, como um indicador do crescimento da violência em Marudá, confirmado pelo aumento do número de usuários de drogas e da prostituição de menores de ambos os sexos, com destaque para a prostituição feminina.

No que tange a essas condições, a aplicação da noção de liberdade nessa comunidade, requer a compreensão sobre a noção de desenvolvimento local sustentável. Nesse aspecto, recorre-se a teoria de Maslow em sua obra *Motivation and Personality* (1954, p.68), na qual a plena satisfação das necessidades básicas depende de algumas condições fundamentais, tais como “[...] liberdade de expressão, liberdade de se fazer o que se deseja, contanto que não se prejudique a outrem; liberdades de investigar e buscar informações, liberdade de autodefesa, acesso à justiça, à equidade, à honestidade [...]”.

Considerando essa aproximação teórica, o desenvolvimento local não é um simples processo de acumulação, mas trata-se do aperfeiçoamento da capacidade de competir e gerar renda como estratégia para satisfazer as necessidades de um conjunto de indivíduos. Oliveira (2001) compara o desenvolvimento local ao exercício da cidadania, pois, tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de interesses. Corresponde à satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida. Baseando-se na condição de expressão de cidadania local, pode se conceber que esse desenvolvimento, apoia-se na mobilização de potenciais, “[...] como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à me-

lhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. [...]” (BUARQUE, 2002, p.25).

O antagonismo de modelos de desenvolvimento é bem discutido por Becker (2005). A autora analisa que na Amazônia, por exemplo, há uma pressão pela expansão da logística de produção de carne e soja. Proposto como alternativa, o desenvolvimento sustentável marca uma oposição ao pensamento neoclássico da economia. Os resultados do crescimento econômico não necessariamente têm representado benefícios à população e ao meio ambiente amazônico. Logo, é uma condição indispensável, mas não suficiente (SOUZA, 1993). Em outra frente, há um crescimento do consumo de fármacos, extratos, cosméticos, manejo de madeira certificada; além da necessidade do aumento de fluidez com inclusão social e conservação do meio ambiente. Esse cenário gera um confronto gigantesco entre dois modos de uso do território: um atual e um potencial futuro.

Alguns projetos de desenvolvimento em comunidades são propostas que, além da exploração dos recursos e de conhecimentos, tem se caracterizado pela negação das reais necessidades locais. Nessa perspectiva, Lima e Pozzobom (2001) explicam que o critério de racionalidade econômica capitalista ordena segmentos sociais segundo seu grau de desenvolvimento e integração ao mercado. Isso limitaria qualquer forma de igualdade social já que estigmatiza aqueles que estão de fora do circuito, como “atrasados”.

Esse dilema é ilustrado pelo estudo sobre as experiências com projetos em torno de economias indígenas realizado por Schröder (2005). Constata que muitos projetos fracassaram por estarem balizados por pressupostos equivocados de que são necessárias grandes mudanças culturais da organização econômica dos grupos indígenas. Muitas atividades optaram pela monocultura, sem elos com a questão ambiental. Somente alguns projetos contribuíram para o fortalecimento social das comunidades e conservação e revitalização de determinadas manifestações culturais. Esse autor ressalta a importância do “capital simbólico”, presente nos produtos, desperta conotações positivas e conclui que deve haver um reforço na qualificação para comercialização e promoção da policultura.

A descoberta do local proporcionou um novo ânimo para equacionar as contradições do conceito de desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma questão de organização, participação e inovação dos grupos envolvidos e de falta de capital para ampliar as capacidades humanas de cada uma das culturas existentes (ACOSTA, 2005). Em torno disso, deve-se enfatizar tanto essa participação como a inovação contínua associada ao diálogo das comunidades com o mercado.

Apesar da relação de proximidade ao meio natural, como elemento central na reprodução social e cultural de comunidades, no conceito de desenvolvimento sustentável transita, mesmo que suavemente, a conotação de um tipo de modelo econômico. A proposta de aliar acúmulo de capital ao uso racional de recursos e equidade social soa como um paradoxo. Essa fórmula não coaduna com a inexorabilidade do atual estágio (especulativo) do capitalismo. Desse modo, a busca de uma abordagem coerente de desenvolvimento socioeconômico implicou na valorização de dimensões espaciais e ambientais como partes de um processo social mais complexo (COTA E COELHO, 2008).

O maior desafio dos projetos de desenvolvimento sustentável é o diálogo com as estruturas globais altamente diversificadas (HAESBAERT, 1995). Em contrapartida, segundo Campanhola e Silva (2000, p.21), qualquer projeto de desenvolvimento deve respeitar as particularidades locais — sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Sobretudo, é necessária a liberdade de “cognição, escolha e decisão” (MORIN, 2000). Não obstante, o desenvolvimento corresponde à expansão do direito de mudar as condições de vida conforme suas necessidades reais. A superação de problemas como a

pobreza, fome, subnutrição, violação de liberdades políticas, desprezo pelas atividades das mulheres e ameaças ao ambiente e à sustentabilidade da vida econômica e social são problemas cuja superação é central para o desenvolvimento (SEN, 2000).

Nesse aspecto a ação do indivíduo é importante, porém condicionada às oportunidades sociais, políticas e econômicas. Nessa condição, o desenvolvimento como liberdade pode ser estudado a partir de uma experiência local. Essa aproximação conceitual permite analisar o *desenvolvimento local sustentável* por dentro do processo de autonomia das mulheres e remoção de restrições às liberdades instrumentais descritas por Amartya Sen (2000): liberdades políticas, oportunidades sociais, facilidades econômicas, garantia de transparência e segurança protetora. A expansão da liberdade é o fim prioritário e ao mesmo tempo o meio principal para o desenvolvimento, na remoção de restrições às escolhas das pessoas e oportunidades para ação individual ou coletiva.

O desenvolvimento local sustentável deve estar embasado no respeito às diferenças e no investimento maciço na autonomia das coletividades e suas lideranças. Ou seja, tem alicerce em fatores como o aperfeiçoamento de tecnologias gerenciais, a capacidade de planejamento, a visualização de problemas reais, a avaliação de resultados, a responsabilização, a identificação de parceiros e riscos; bem como, a adequação dos projetos à disponibilidade de recursos financeiros e materiais.

O aperfeiçoamento de técnicas gerenciais permite a melhoria da capacidade competitiva na abertura de mercados. O planejamento é o momento de iniciação que engloba a transferência direta de técnicas que auxiliam na identificação dos problemas da comunidade. A avaliação de resultados torna-se possível à medida que sejam pactuados objetivos que norteiam a elaboração de projetos eficientes e de custo adequado à realidade local. É, portanto, uma dinâmica territorial específica, promovida por aqueles que têm o poder de transformar a realidade, mesmo que esse poder tenha que emergir de dentro do ciclo comunitário.

Além dessas condições técnicas, o desenvolvimento local sustentável enquanto uma perspectiva se desloca para a relação indivíduo/coletividade, no âmbito do atendimento de determinadas necessidades. Assim, ao observar a análise de Bauman (2001), sobre a modernidade, podemos concordar que a individualização é o processo que marca o imediatismo da atual época chamada globalização, e que, de alguma forma abala as relações nas diversas instituições da sociedade. Nesse sentido, o desenvolvimento local sustentável torna-se não somente um caso de atendimento homogêneo de interesses coletivos, entendidos como igualmente homogêneos, mas trata-se de um processo de atendimento de um conjunto de necessidades individuais comuns.

Nesse contexto, uma valiosa contribuição deste trabalho será proporcionar uma reflexão sobre as perspectivas de desenvolvimento local sustentável, com enfoque no aproveitamento e uso eficiente dos recursos naturais, abordando, para isso, as relações sociais que se constroem durante a produção de remédios artesanais, tendo, por conseguinte, a finalidade responder ao seguinte problema: Quais as perspectivas das participantes do grupo Erva Vida na discussão de estratégias que contribuam para o alcance de liberdades instrumentais no processo de desenvolvimento local sustentável?

Isso implica em discutir o planejamento de uso desses recursos pela comunidade e como esse processo pode contribuir para o desenvolvimento local sustentável a partir do fortalecimento institucional da sociedade civil organizada, respeitando o conhecimento agregado da comunidade. Esta condição pode em grande proporção garantir benefícios econômicos provenientes da inserção de produtos no mercado, respeitando às particularidades locais.

## RECURSOS UTILIZADOS NESTE TRABALHO

A escolha de um grupo específico para análise pressupõe que os espaços de produção refletem as estruturas e relações sociais presentes no ambiente em que estão inseridos. De acordo com Fenzl e Machado (2007, p.71) “Num sistema complexo um número finito de elementos interage através de forças e ligação diversas. Na medida em que os elementos começam a interagir eles criam uma coerência de comportamento entre si.” Dessa forma, a análise se desenlaça por um enfoque sistêmico sobre o tema, a partir do estudo do grupo de mulheres Erva Vida, no distrito de Marudá, município de Marapanim, estado do Pará.

Nesse sentido, optou-se por utilizar o método de estudo de caso, por meio do uso da técnica de observação participante, que se configura numa abordagem qualitativa. Segundo Bell (2008), a pesquisa qualitativa preocupa-se em entender a percepção que os indivíduos têm do mundo. Dessa maneira, vislumbrou-se a possibilidade de interpretar as perspectivas de desenvolvimento, no contexto de um processo de planejamento.

A escolha pela metodologia do estudo de caso pode ser apoiada por Yin (2001), para quem esse tipo de estudo investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto de vida real, sendo uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa de forma aprofundada. O estudo de caso está entre as categorias típicas da pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 2011).

Para isso, foi necessária uma aproximação direta, com a anotação de observação objetiva e entrevistas formuladas, possibilitando a compreensão das relações no grupo, durante as atividades da pesquisa. Devido à necessidade de entender as relações sociais na investigação, optou-se por uma abordagem apoiada por análise de informações, coletadas em encontros de planejamento estratégico com as mulheres da associação.

Sobremaneira, esta pesquisa também possui aspectos etnográficos, devido à prática da observação participante. De acordo com Michaliszyn e Tomasini (2011) a etnografia nos permite aproximar do “outro”, compreendendo e respeitando particularidades culturais. A partir da aplicação de questionários, foram levantadas as condições socioeconômicas, principalmente sobre a quantidade de membros, formação instrucional (educação formal) e renda familiar das mulheres participantes do grupo Erva Vida, possibilitando verificar os benefícios do trabalho cooperado. Foi realizada ainda, uma pesquisa documental em publicações do Ministério da Saúde e da Cultura relativas aos programas oficiais.

De acordo com Buarque (2002) o desenvolvimento local sustentável requer uma forma de integração econômica, que redefine oportunidades e ameaças, exigindo relativa especialização nos segmentos em que apresenta vantagens competitivas. Dessa maneira, entre os procedimentos adotados neste trabalho, como forma de contribuição direta, encontra-se o Planejamento Estratégico, que permite reflexões do grupo sobre sua situação atual e as perspectivas de melhoria da sua condição de vida em comunidade. Esse planejamento ocorreu em 05 (cinco) encontros mediados para sistematização de informações do grupo e definição de estratégias para a melhoria da gestão da associação.

As primeiras aproximações ocorreram em 24 de setembro de 2011, inicialmente com a realização de uma palestra sobre Etnofarmácia. O segundo contato ocorreu em 04 de dezembro de 2011, quando se iniciaram as reuniões para realização do planejamento estratégico, durando 02 (dois) dias. Nessa ocasião elaborou-se a missão e visão, sendo posteriormente iniciada a análise SWOT. Em 07 de janeiro de 2012, retornou-se à comunidade para complementar o levantamento de ameaças e oportunidades.

Para realização da análise, além de serem utilizadas técnicas participativas adaptadas,



aproveitou-se a oportunidade para discutir as motivações das participantes e conhecer de perto a realidade de algumas das famílias. Dessa maneira, se pode verificar as relações do grupo com a comunidade e familiares, bem como entender os problemas vivenciados na gestão de recursos do grupo e, para traçar o perfil e comportamento do grupo, utilizou-se um guia de observação.

A finalização do diagnóstico e formulação das estratégias ocorreram utilizando-se a técnica de leitura, reflexão e aprovação, em 05 de maio de 2012. Para sistematizar o planejamento foram utilizados valores numéricos, atribuídos pelo próprio grupo, para que se chegasse a um valor médio de cada ponto forte ou ponto fraco, ameaça e oportunidades levantadas. Assim, foi possível estabelecer uma hierarquia de problemas.

Em seguida, os problemas foram agrupados em eixos temáticos, nos quais foram organizadas as propostas surgidas e anotadas em todos os encontros anteriores para devida aprovação e legitimação do grupo participante do processo. O uso dessa técnica, além de resultar em uma matriz de plano, permitiu a realização da análise proposta. Ao aplicar a técnica, a pesquisa pautou-se em investigar como as mulheres envolvidas se organizam para gestão do grupo, como elas se relacionam com os recursos naturais, principalmente no que se refere à manutenção do saber local e quais suas perspectivas de poder alterar o status quo, enquanto grupo organizado perante o ambiente em que se encontra.

Nessa condição, este trabalho revela quais as perspectivas individuais da noção de melhoria de vida e como isso influencia as escolhas do grupo pesquisado, tendo em vista, a internalização do conceito de desenvolvimento local sustentável. Ou seja, neste estudo o desenvolvimento é um processo que deve partir da identificação de um interesse comum, possibilitando a aceitação dos objetivos de melhoria de vida local. Para efetividade do planejamento relacionado à produção de artesanato e de remédios fitoterápicos, optou-se por identificar problemas e propostas que contribuam com capacidade de obter as liberdades instrumentais (SEN, 2000) do grupo Erva Vida.

Desse modo, a metodologia foi sistematizada em três grandes fases: a ponderação de relações que manifestassem de alguma forma os laços de solidariedade por meio do levantamento de fatores (internos e externos) que fortalecem ou desestruturam o grupo; identificação das perspectivas do grupo; além do levantamento e sistematização de propostas melhoria da gestão do grupo Erva Vida. Em consequência disso foi possível discutir um planejamento estratégico para remoção de restrições a sua liberdade.

O planejamento estratégico, na concepção de Kotler (1975, 1992) é um processo gerencial de adequação razoável entre os objetivos e recursos, mediante mudanças e oportunidades de mercado, tendo como objetivo orientar e reorientar os negócios e produtos de uma empresa. Pode ser entendido como uma técnica de análise do ambiente de uma organização, das suas oportunidades e ameaças, pontos fortes e fracos tendo em vista o cumprimento da sua missão (FISCHMANN & ALMEIDA, 1991). Permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização, visando maior grau de interação com o ambiente. *Neste sentido, o objetivo deste tipo de análise é permitir um posicionamento para obter vantagens e minimizar ameaças ambientais, enfatizando pontos fortes e moderando impactos de seus pontos fracos* (KROLL, WRIGHT e PARNELL, 2007).

Para elaboração e participação de todos nas decisões do grupo, controle e avaliação das propostas, é importante a criação de comissões ou pequenos grupos de acompanhamento e avaliação ligada à coordenação geral, que terão a função de instruir as decisões da coletividade geral. Considerando todas as etapas do processo de planejamento descritas, enfatiza-se que o desenvolvimento sob uma perspectiva local tratado neste trabalho se preocupa com diversos fatores que se diferenciam entre cada grupo ou coletividade.

A realização dos encontros com o grupo Erva Vida permitiu reflexões teóricas, fundamentadas na análise das informações de campo. A utilização dessa técnica possibilitou uma aproximação dos agentes envolvidos em projetos e outras atividades voltadas para o alcance de benefícios comuns. Para que os resultados do processo fossem obtidos, utilizou-se predominantemente a técnica de tempestade de ideias (brainstorming). Essa técnica pode ser muito útil durante a realização de encontros na comunidade. Enfim, o resultado final deste trabalho foi constituído a partir do confronto das informações coletadas com o arcabouço teórico escolhido.

É preponderante analisar tanto as relações do grupo com o exterior, como as relações internas e de poder, pois há uma tendência de que as necessidades individuais permaneçam em estado de latência, quase imperceptíveis, em detrimento do discurso do interesse coletivo, podendo se converter em um ponto de insatisfação que colabora para a desestruturação do aspecto solidário. Por isso precisam ser identificadas, interpretadas e negociadas, contribuindo decisivamente para a concepção de projetos sustentáveis, não só do ponto de vista econômico, como da sua capacidade de mobilização social. Nesse aspecto, as técnicas tradicionais de planejamento, pensadas até então para um tipo de grupo organizado devem ser avaliadas e experimentadas em grupos diferenciados, em condições que exigem algumas adaptações metodológicas, principalmente no que se refere à interpretação de interesses comuns e do tempo de negociação.

## **EM BUSCA DAS ESTRATÉGIAS DE LIBERDADE DO GRUPO ERVA VIDA**

De acordo com Barbosa, Monteiro e Souza (2012) as primeiras experiências associativistas e de organização política local estão relacionadas aos pescadores, ofício da maioria da população, com criação da Associação Beneficente de Marudá (ABPM) e a Associação de Mulheres da Área Pesqueira de Marudá (AMAPEM). Num cenário de declínio progressivo da pesca artesanal na região, o grupo foi iniciado há quinze anos, como alternativa para solucionar problemas de renda familiar, violência doméstica, ausência de espaços de discussão de problemas, entre outros. Enfrentando, a discordância dos maridos um pequeno grupo de mulheres pescadoras passou a convidar as demais mulheres, pescadoras ou não, jovens, crianças, idosas na expectativa de reverter à situação, buscando uma ocupação. Tornou-se um espaço de troca de saberes e experiência de vida.

O grupo de mulheres Erva Vida – Marudá (GRUMEVI) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 08 de setembro de 1995 e instituída em 23 de setembro de 1997, constituída por mulheres pescadoras, e donas de casa, moradoras da comunidade e que buscam sua identidade feminina e autonomia pessoal.<sup>5</sup> O grupo se reúne em um espaço com uma oficina de produção de remédios, sala para armazenamento de matérias primas e dos produtos artesanais, e por uma loja. Há alguns anos o Erva Vida possuía um horto de plantas medicinais que não tem recebido manutenção periódica.

Atualmente é uma associação de mulheres pescadoras - erveiras com 07 (sete) remanescentes do grupo original que produz remédios caseiros e artesanato, comercializados na loja do grupo. Entretanto, enfrenta uma série de problemas relacionados à eficiência da gestão.

O esquema de sobrevivência do grupo pode ser analisado de forma sistemática considerando os seguintes subsistemas: o cultivo de relações sociais, a produção artesanal, a comercialização e atendimento da comunidade, manutenção do patrimônio e o planejamento e gestão; os quais se vinculam pelo cultivo das relações sociais que ocorrem inter-

<sup>5</sup> Durante o período de realização da pesquisa, o Estatuto do grupo estava em fase de discussão pelas componentes, para adequação de exigências legais.

namente e externamente. A razão de existência do grupo é o acúmulo de expectativas individuais que deságuam nos encontros do grupo para a produção artesanal, recorrente na forma de mutirão.

De certa maneira, o gerenciamento e a comercialização da produção ainda representam um grande entrave para melhorar a concorrência no mercado regional, incorrendo em um fluxo financeiro inconstante, o que representa um grande risco para a sobrevivência do grupo. Nos quinze anos de vida, o grupo enfrentou períodos de quase falência por gestão ineficaz, levando ao afastamento de muitas de suas integrantes. O aumento dos ganhos das mulheres do Erva Vida ocorre nos meses de julho e dezembro, e nos feriados prolongados, devido ao maior afluxo de público; por outro lado, nos demais períodos ocorrem uma baixa significativa nos repasses mensais (BARBOSA, MONTEIRO & SOUZA, 2012).

A divisão de ganhos auferidos pelo trabalho de produção é feita conforme o número de horas trabalhadas, podendo eventualmente ocorrer adiantamento deste pagamento. O processo de produção se desenvolve na forma de mutirão e o controle é feito por meio de anotações manuais.

Destaca-se por outro lado, a relação entre aspectos culturais e formas de preservação ambiental.

*“O saber popular legou à humanidade no final do século uma herança generosa: mais de 70% dos remédios derivados de plantas foram desenvolvidas com base naquelas experiências. Para se ter uma ideia, só na Amazônia, os dados etnobotânicos de plantas medicinais apontam para mais de 300 espécies fitoterápicas catalogadas, popularmente usadas contra dezenas de doenças infecciosas e parasitárias, vetores, problemas crônicos degenerativos, emagrecimento, regulação da menstruação, procedimento abortivo e até como antídoto ao veneno de cobra” (ENRÍQUEZ, 2001, p. 96).*

Sobre esse aspecto, Barbosa (2011, p. 27) alerta que “os elementos culturais da comunidade, relativos às práticas terapêuticas tradicionais fundamentais na utilização de espécies vegetais, vêm sofrendo um processo de desvalorização [...]”. Essa condição opõe-se ao fato de que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a prática da Fitoterapia popular, conhecida na organização como Medicina Tradicional Complementar, se encontra institucionalizada em países membros com diferentes graus de desenvolvimento socioeconômico e matiz cultural como Suíça, Mongólia e Índia (OMS).

Em suma, isso justifica a necessidade e a importância de manutenção de empreendimentos como o das mulheres do Erva Vida. O processo de fortalecimento para a manutenção de um empreendimento, mesmo que de caráter comunitário, pressupõe o planejamento e esse instrumento não tem sido aplicado de forma sistêmica nesse tipo de empreendimento, visto que esta estratégia é comumente aplicada a empresas, pois estas dispõem de condições materiais e de pessoal passíveis de serem aproveitadas no processo.

Portanto, nos grupos de menor acesso a instrumentos de gestão como a ferramenta SWOT, é preponderante uma adaptação dessa técnica.

Nesse sentido, a proposta de alcance das liberdades do grupo Erva Vida se baseou em quatro perguntas: Quais as oportunidades para o desenvolvimento das atividades do grupo? Quais as dificuldades fora do grupo (ameaças)? O que há de melhor no grupo (pontos fortes)? Quais os problemas dentro do grupo (pontos fracos)?



As respostas a essas perguntas permitiram a análise SWOT do Erva Vida, aplicando-se um modelo de Mitschein e Chaves (2008), que consiste na avaliação de um resultado (R) que se origina da verificação da magnitude (M) sobre cada valor atribuído pelas integrantes do grupo a respeito de cada problema identificado. Essa magnitude, varia de +3 (mais favorável) a -3 (desfavorável) sendo o valor resultante multiplicado pela verificação da importância (I) de cada problema, em que a escala varia de 3 (maior importância) a 1 (menor importância). A avaliação final consiste do valor médio (R), sendo que tanto (M) como (I) são médias alcançadas a partir de valores atribuídos pelas 07 integrantes do Erva Vida.

Entretanto, o aproveitamento dessas oportunidades pode se confrontar com uma série de ameaças percebidas pelas mulheres do grupo. Entre elas destacam-se as restrições relacionadas ao próprio acesso à matéria prima e a elevação do aproveitamento dos recursos fitoterápicos na atenção básica da saúde no município.

No que concerne aos pontos fortes do grupo, destaca-se que as oficinas de produção do Erva Vida servem também como espaço de integração das mulheres, que extrapola a convivência produtiva. A loja também se configura, efetivamente, em outro ponto de encontro e de reunião das mulheres para discutir amenidades e dificuldades da vida familiar e da comunidade. A loja do grupo localiza-se em um ponto estratégico, quase no centro da vida do bairro, próximo da residência das atuais participantes.

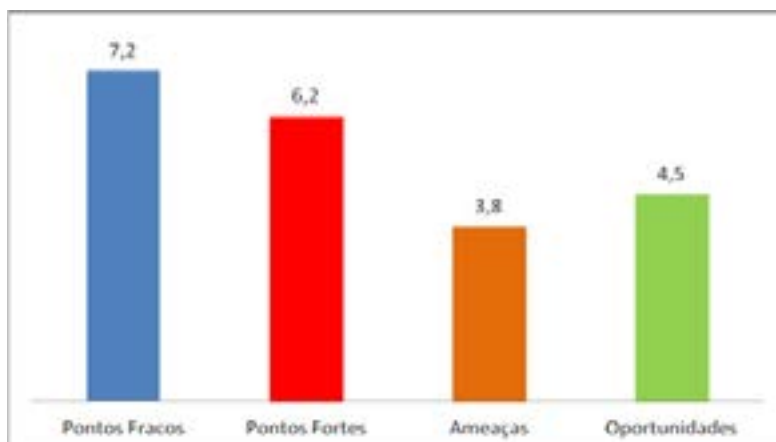
Uma das características positivas mais marcantes do grupo é o interesse pelo desenvolvimento de novos remédios e produtos artesanais. Isso é identificado por meio da realização de oficinas de aperfeiçoamento da produção, principalmente relacionadas ao trabalho manual e ao desenvolvimento de remédios caseiros. Outro aspecto positivo é a boa relação do grupo com outras instituições da comunidade, tais como a escola e a igreja.

As fraquezas do grupo se concentram, principalmente, na tecnologia usada na produção dos remédios artesanais, bom como no acompanhamento da produção, que não segue padrões rígidos de anotação e controle, pois apenas se baseiam na experiência das participantes e no uso de mecanismos mais rústicos como balanças de pouca precisão e anotações em caderno, respectivamente.

Um complicador dessas condições restritivas pode ser o fato de que a maioria das participantes tem uma escolaridade entre fundamental e média, implicando na dificuldade de assimilação de técnicas mais complexas de gestão do conhecimento. Além disso, o grupo não conta com a participação de jovens ou outras pessoas com maior domínio de novas tecnologias de informação. Não há também nenhuma terceirização ou voluntariado de serviços de apoio técnico-administrativo.

De acordo com o resultado da análise SWOT demonstrado no gráfico 01, a partir da atribuição de valores pelas participantes do processo foi alcançado um escore a partir de valores médios alcançados pelas notas atribuídas para cada item levantado pelo grupo. Em relação às ameaças e oportunidades a tendência maior foi para as ameaças foi 4,5 e oportunidades foi 3,8, com uma diferença de apenas 0,7, Isto é, o cenário do grupo necessita de investimentos que permitam a manutenção do grupo. Em relação aos pontos fortes foi de 6,2 e os pontos fracos foi de 7,2, com diferença de 1. As fraquezas estão predominantemente concentradas na gestão do grupo.

Gráfico 1: Médias da análise SWOT



Fonte: pesquisa de campo

Com base no escore alcançado pelo swot, aplicando-se o uso de média simples, encontrou-se a variação entre cenários do grupo Erva Vida (quadro 01):

Quadro 1: Análise de cenário do grupo Erva Vida

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	$4,5 + 6,2 / 2 = 5,35$	$4,5 + 7,2 / 2 = 5,85$
AMEAÇAS	$3,8 + 6,2 / 2 = 5$	$3,8 + 7,2 / 2 = 5,5$

Fonte: encontros de planejamento do Erva vida

Conforme o cruzamento dos resultados apurados na análise realizada, o grupo encontra-se em uma situação que Daychoum (2009) denomina de restrição, se consideramos que a média aritmética entre os ambientes apresentou maiores médias no cruzamento entre oportunidades e pontos fracos. Nesse caso, sendo possível que o grupo possa se encontrar numa situação altamente desfavorável de sobrevivência. Essa condição reforça a importância de se realizar o debate sobre as estratégias que deverão ser adotadas para contornar essa situação negativa, evitando o fim do grupo. *No caso do Erva Vida, foi identificada a necessidade de políticas públicas locais de saúde e meio ambiente favoráveis, o maior envolvimento e apoio familiar, o aumento da participação política do grupo, além do apoio institucional por meio de cooperações técnicas e intercâmbio de melhores práticas de gestão.*

O estudo de Mitschein e Chaves (2008) aponta uma série de desafios para enfrentar os problemas de gestão de empreendimentos associativos. Em seu diagnóstico, as iniciativas produtivas estão ligadas a associações e cooperativas, influenciadas por movimentos sociais. Porém, os empreendimentos associativos também precisam encontrar seu ponto de equilíbrio. Entre as ações fundamentais para contornar esses desafios, esses autores destacam a necessidade de implementação de políticas públicas de profissionalização da gestão, providenciando uma formação de mão de obra local capaz de gerenciar, planejar e executar atividades de produção na comunidade.

Nesse aspecto, à luz da análise dos principais problemas detectados pelo grupo, propôs-se a realização de ações estratégicas. A capacidade de transformação do grupo fun-

damenta-se na superação das restrições às liberdades instrumentais e de sua vinculação política, disponibilidade econômica, oportunidades sociais, garantia de transparência e proteção de segurança (SEN, 2000).

As ações estratégicas têm entre seus objetivos mobilizar familiares e outros membros da comunidade para apoio ao papel do grupo na valorização e reprodução do saber local, possibilitando a ampliação da participação política local, fortalecimento da imagem da associação e aumento da participação da comunidade nas atividades do grupo, permitindo a atração de oportunidades sociais para comunidade.

Outro objetivo a ser alcançado é desenvolver mecanismos e técnicas, adaptadas para gestão do uso de recursos naturais da comunidade, com base na experiência das mulheres e no apoio de parceiros institucionais, respeitando o saber local. As ações propostas para gestão de recursos locais atendem a liberdade de transparência e proteção social. Nesse sentido, espera-se alcançar o aperfeiçoamento dos processos e ferramentas de gestão de recursos bem como a integração da comunidade entorno por meio das seguintes ações:

É necessário também desenvolver ações de marketing tendo em vista a implantação de uma política de preços, aumento dos pontos de distribuição, melhoria da qualidade e da divulgação dos produtos e serviços da associação com a finalidade de aumento da renda e dinamização da economia na comunidade. Entre as ações definidas estão: O objetivo das ações de inovação e qualificação é diversificar a produção por meio de projetos de inovação e qualificação de associadas, familiares e jovens da comunidade de entorno, em parceria com a UFPA, igreja e escola local, permitindo a melhoria da capacidade competitiva do grupo, sendo, portanto um conjunto de estratégias que permitiram a construção de uma rede proteção social entre as quais lista-se:

Esses objetivos apresentados, de certa forma corroboram com o Estatuto Social do grupo de mulheres Erva Vida, sua existência busca a igualdade entre mulheres e homens, mediante o combate a todas as formas de discriminação, opressão e violência contra as mulheres.

Na concepção de Amartya Sen (2000), o desenvolvimento como liberdade tem como questão nuclear a autonomia das mulheres, encaradas não como receptoras passivas de ajuda para aumento do bem-estar, mas como atores intervenientes na mudança: promotores de transformações sociais que podem alterar suas vidas. Essa concepção pode ser corroborada por uma das principais estratégias escolhidas por esse grupo de mulheres: a geração de renda coletiva para suas integrantes, através de produções diversas, como remédios, produzidos de plantas, óleos, cascas, outros produtos da natureza e artesanatos.

A respeito das finalidades de natureza produtiva na observação do comportamento do grupo, durante os encontros de planejamento estratégico não foram observados ou relatados casos de busca de cargos ou posições privilegiadas. Nas reuniões realizadas, notou-se que algumas se emocionavam ao falar das experiências vividas na associação e na perspectiva de melhoria. Isso denota que o papel do grupo vai além da simples atividade produtiva. Sobretudo, é um espaço de convivência afetiva.

Com base nas entrevistas e encontros realizados junto ao grupo Erva Vida, percebe-se que a perspectiva de desenvolvimento das pescadoras - erveiras vai além da questão econômica. Isso se revela pelo fato de que a participação na produção de remédios caseiros e artesanato contribuem em média apenas R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por cada 04 meses de balaço, completamente ínfimo para a reprodução econômica do grupo.

As mulheres que participam do grupo moram em residências com acesso a energia elétrica, lixo coletado, tratamento de água filtrada oriundas de poço, destinação de esgoto em fossas sépticas. Metade das participantes tem acesso a um plano de saúde. Contudo,

todas afirmaram que em caso de doença procuram primeiro o tratamento caseiro e plantas medicinais.

Quando perguntadas sobre o principal motivo para procurar tratamento com remédios caseiros, algumas justificaram pelo fato de terem sido ensinadas a fazer algum chá, porque é natural e melhor que o da farmácia ou até por ter tido resultados positivos com o uso de remédios caseiros. Entre essas experiências destacou-se a seguinte declaração: “às vezes, todos remédios na farmácia vêm de ervas, a gente conhece a erva e as vezes tem na comunidade, quando a gente precisa de um diagnóstico, e depois sabendo o problema, volta para o remédio. O caseiro é mais acessível (sic)” (N.L., 56 anos, pescadora).

No que tange a concepção de desenvolvimento algumas compreendem que o desenvolvimento é uma oportunidade de trabalhar, de saber ou de melhorar o lugar em que vive, possibilitando maior movimentação de pessoas no lugar. A declaração que melhor resume é a de Dona S., que argumenta o fato de que o desenvolvimento favorece as pessoas de estarem trabalhando, se unirem para trabalhar, pois sem trabalho não vai pra frente para chegar a algum objetivo.

No sentido de conhecer mais sobre as perspectivas que movem o grupo, partiu-se de um ranking de prioridades das mulheres. Assim foram indagadas com a seguinte pergunta: o que você gostaria de melhorar na sua vida?

O resultado corresponde à expectativa presente no discurso do grupo, na qual relaciona a liberdade política, disponibilidade econômica e oportunidades sociais. A melhoria do planejamento e gestão pode oportunizar uma entrada competitiva no mercado. Consequentemente a geração de renda pode contribuir para surgimento de oportunidades sociais, à medida que o fortalecimento da iniciativa das mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços desta pesquisa foram norteados pela concepção de que o desenvolvimento local sustentável depende de escolhas estratégicas que contemplem perspectivas relacionadas às atividades produtivas, no âmbito de uma associação de mulheres. Sobre tudo, o atendimento dessas perspectivas supera a garantia de bases materiais e trata do aperfeiçoamento de laços de solidariedade.

O processo produtivo do grupo apresenta diversas ameaças a sua reprodução. A falta de um projeto de cultivo organizado de plantas medicinais na comunidade faz com que os insumos sejam adquiridos a preços altos no mercado externo, principalmente em Belém. Por outro lado, não há no grupo mecanismos rigorosos de comparação entre os custos de aquisição. Isso pode ser explicado pela ausência de uma política pública municipal que possa dar garantias de aproveitamento do que é produzido pelo grupo.

Em que pese os problemas de gestão do grupo, a atividade turística na região representa também um fator que desarticula as mulheres nos momentos de maior fluxo de visitantes na região (julho e dezembro). Algumas integrantes acabam se concentrando em suas atividades como caseiras ou partindo para vendas de outros produtos que não fazem parte do portfólio da associação. Em outro aspecto, a falta de competitividade econômica ou a simples dificuldade de projeção de um cenário positivo do grupo a longo e médio prazo não só influenciam as mulheres atuantes como seus familiares.

Essa pressão sobre o grupo é aumentada, mediante as necessidades exógenas de consumo, que surgem a partir da maior intensidade de contato dos jovens com o fluxo turístico. Necessidades antes desconhecidas passam a fazer parte dos costumes de consumo, alterando de forma drástica, inclusive aspectos culturais, afastando os jovens de atividades ditas como mais tradicionais. Segundo as declarações de integrantes da associação,

as atividades do grupo não são percebidas como uma alternativa viável e compensatória, evidenciada pelo pouco envolvimento de outras mulheres nas ações do grupo.

Em relação ao envolvimento da família, alguns maridos as apóiam, mas não se fizeram presentes nas reuniões de planejamento. Possivelmente, por não perceberem algum benefício imediato. Nos momentos de convivência com o grupo notou-se a ausência dos jovens. Poucos frequentam o espaço da loja ou até mesmo nem participam de encontros promovidos pelo grupo. Muitos dos jovens são atraídos pelos espaços de convivência da orla ou da praia. Até o momento da pesquisa percebeu-se a falta de ações capazes de envolver os familiares.

A estratégia dos maridos de se manter alheios a discussões é aparentemente utilizada como uma forma de “sabotar” os trabalhos, pois muitas ações de manutenção da estrutura física da loja exigem algum tipo de contribuição de força de trabalho pesado. Alguns até interferem diretamente nas reuniões, colocando a música alta para dificultar as conversas na loja.

O argumento principal dos maridos, em geral é de que o trabalho não é importante para a renda familiar. Mesmo havendo um pequeno ganho financeiro, muitos não percebem algum benefício imediato. Nesse sentido, o grupo representa um tipo de ameaça à realização de obrigações domésticas. Esse argumento pode disfarçar a preocupação com o enfraquecimento das estratégias de manutenção do poder familiar, geralmente centrada na opinião e ação do homem.

Durante suas reuniões, as integrantes adotam uma estratégia de revezamento para contornar essa situação, sendo obrigadas, durante várias vezes a se ausentar da reunião para resolver os problemas domésticos que se apresentam constantemente, sendo um desafio permanente no grupo. Em alguns momentos, sofrem até constrangimentos de maridos insatisfeitos. Isto é, seguem um tempo próprio, que exige paciência e impede qualquer tipo de atividade compacta ou aplicação de modelos de planejamento. A lógica adotada por elas é simples e dinâmica, concentrada na solução de problemas imediatos.

Algumas vezes até atropelavam as decisões do grupo, por certa ansiedade. Muitas coisas são resolvidas isoladamente, pois realizam poucas reuniões para deliberar sobre assuntos polêmicos. Os encontros mais comuns são os realizados para a produção conjunta dos remédios, quando estes estão esgotados (antes do período das chuvas); para prestação de contas, no mês de agosto (após o veraneio) ou cada 03 meses, dependendo da saída dos produtos.

Um dos principais problemas de manutenção do grupo é o fato de que não há uma preocupação central com a comercialização dos produtos. As vendas são limitadas a loja. Por esse fato, o grupo vai perdendo sua capacidade de remuneração e manutenção do patrimônio. Pois a estratégia central para alcançar a autonomia das mulheres sempre foi o de produzir. Por outro lado, nessa condição, tal estratégia tende a inviabilizar sua capacidade de atendimento da comunidade.

No entanto, a capacidade de encontrar-se para produzir necessita da sustentação de um capital capaz de promover tanto os ganhos individuais, como a própria manutenção da loja e da capacidade de continuar produzindo. Para tanto, o grupo precisa amadurecer sua condição de planejamento e gestão de seus recursos como de aperfeiçoar sua existência no mercado, por meio da comercialização e conseqüentemente do atendimento das necessidades da comunidade de entorno do grupo. Essa comunidade pode ser representada pelas pessoas que acessam os produtos artesanais do grupo, pela via do mercado.

Estrategicamente, o espaço de produção, aparentemente extrapola o simples interesse comercial e serve de local de encontro, de referência para troca de experiências sobre



os problemas enfrentados no cotidiano doméstico e em alguns momentos podem ser percebidas as relações de afeto e amizade que unem o grupo. Ou seja, o espaço de produção também é um espaço de convivência que renova os laços entre as participantes.

O tempo de permanência no espaço da loja é distribuído por cada participante, durante o dia. Não há uma divisão de tarefas clara, exceto as funções de direção. Acrescenta-se a isso outra restrição importante à liberdade econômica do grupo: os equipamentos utilizados na produção estão sucateados. Uma importante dificuldade mercadológica apontada é a limitação do ponto de distribuição, concentrados apenas no espaço da loja, que por sua vez, não possui acesso devidamente sinalizado, dificultando que consumidores eventuais possam encontrar a loja e seus produtos. Também não possui uma identidade visual dos produtos e da instituição consolidadas, tais como embalagens adequadas e logomarca patenteada.

Nesse sentido, a ação junto ao grupo, desenvolvida nos últimos 02 anos buscou avançar um processo pautado no reconhecimento de limitações e entraves específicos. Desse modo, o objetivo do planejamento estratégico junto à comunidade foi de desenvolver propostas que possam contribuir para o desenvolvimento local, por meio do uso de plantas medicinais e do artesanato. Nesse contexto, a metodologia proposta para análise da busca pelas liberdades instrumentais do grupo Erva Vida, construiu-se como uma oportunidade de construção coletiva de uma trajetória viável para manutenção dessa associação de mulheres.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA; Alberto. O desenvolvimento entre tensões globais e locais: uma leitura preliminar da Amazônia. In: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd (coords.). *Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.127-154.

BARBOSA, Wagner Luiz Ramos. *Aproveitamento Farmacêutico da flora como instrumento de preservação cultural e ambiental*. In: BARBOSA, Wagner Luiz Ramos (org.). *Etnofarmácia: fitoterapia popular e ciência farmacêutica*. Curitiba: Editora CRV, 2011.

\_\_\_\_\_, Wagner Luiz Ramos; MONTEIRO, Maurícia Melo; SOUZA, Antônio Jorge Ataíde. *Etnofarmácia: Saberes e Gênero*. Curitiba: Editora CRV, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação*. In COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd (coords.): *Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais*, Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p.23-44.

BELL, Judith. *Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais*. 4ªed. tradução. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

COMPANHOLA, Clayton; SILVA, José G. *Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais*.

COTA, Raymundo G.; COELHO, Maria Célia N. *Desenvolvimento, Meio Ambiente e Amazônia: uma revisão crítica*. In TEISSERENC, Pierre; ROCHA, Gilberto de M.; et al (Orgs). *Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia*. Belém: NUMA, 2008, p. 91-117.

DAYCHOUM, Merhi. 40 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

ENRÍQUEZ, Gonzalo. A trajetória tecnológica dos produtos naturais e biotecnológicos derivados na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2001.

FISCHMANN, A. A., ALMEIDA, M.I.R. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

FURTADO, L. G. Aspectos históricos e econômicos de Marapanim-Nordeste Paraense. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia, n. 67, p. 1-32, 1978.

FENZL, Norbert e MACHADO, José Alberto da Costa. A sustentabilidade de sistemas complexos: conceitos básicos para uma ciência do desenvolvimento sustentável, aspectos teóricos e práticos. Belém: NUMA/UFPA, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-205.

KOTLER, Philip. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

KOTLER, Philip. Administração de marketing. São Paulo : Atlas, 1975.

KROLL, Mark J.; PARNELL, John Alan; WRIGHT, Peter. Administração Estratégica 4ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: VIEIRA, Ima Célia G. et al. (Org.). Diversidade ecológica e cultural da Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 195-251.

MANESCHY, Maria Cristina. Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada – Belém: UFPA. CFCH, 1993.

MASLOW, Abraham H. Motivation and Personality. (2ª ed). Nova Iorque: Haper & How, 1954. Disponível em [[http://www.crarj.org.br/site/leitura/textos\\_class/traduizados/](http://www.crarj.org.br/site/leitura/textos_class/traduizados/motivation%20and%20personality/publicacao/index.html#/4/zoomed)

[motivation%20and%20personality/publicacao/index.html#/4/zoomed](http://www.crarj.org.br/site/leitura/textos_class/traduizados/motivation%20and%20personality/publicacao/index.html#/4/zoomed)].

MONTEIRO, Maurícia Melo. Papel das plantas medicinais na questão de gênero dentre as mulheres pescadoras - erveiras do espaço Erva Vida Sossego/ Marudá/ Marapanim / Maurícia Melo Monteiro. Orientador: Wagner Luiz Ramos Barbosa. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - PPGEDAM, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2011.

MICHALISZYN, Mário Sérgio; TOMASINI, Ricardo. Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MITSCHEIN, Thomas A; CHAVES, Jadson F. Desenvolvimento local e associativismo empreendedor no Pará: um desafio político. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: OLIVEIRA, Francisco et al. Novos Contornos da Gestão Local: conceitos

em construção. São Paulo: Pólis, 2001. p. 11-31.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde, Estratégia de la OMS sobre medicina tradicional 2014-2023, Genebra, 2013. Disponível em [http://www.who.int/medicines/publications/traditional/trm\\_strategy14\\_23/en/](http://www.who.int/medicines/publications/traditional/trm_strategy14_23/en/). Acesso 08/08/2017.

SCHRÖDER, Peter. Projetos econômicos com povos indígenas: experiências nacionais e internacionais. In: Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais, COY, Martín; KOHLHEPP, Gerd (coords.). Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.127-154.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão técnica. Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Mali de J. de. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1993.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 20 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª ed. tradução. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.